



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS SANTA TERESA

Rodovia ES-080, Km 93 – Distrito São João de Petrópolis – 29660-000 – Santa Teresa – ES

27 3259-7878

ATA N° 009-2018-CG

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho de Gestão do Campus Santa Teresa, às 18h12min, no Auditório I, localizado no Prédio Pedagógico do Campus Santa Teresa, situado na Rodovia ES-080, Km 93, Distrito de São João de Petrópolis, Santa Teresa – ES para a Quarta Reunião Extraordinária do corrente ano. A reunião foi convocada nos termos do Ofício Circular nº 09/2018/CG, de dezenove de outubro de dois mil e dezoito, assinado pelo Vice-Presidente do Conselho de Gestão, Senhor Milson Lopes de Oliveira, a qual contou com a presença dos conselheiros: Walkyria Barcelos Sperandio, Milson Lopes de Oliveira, Charles Moreto, Élcio das Graça Lacerda, Juliana Mezzomo Flores, Ana Carla Gujanwski Ferreira, Hediberto Nei Matiello, Edna Nunes da Silva, Alessandra Peroni, Marcelo Monteiro dos Santos, Ednaldo Miranda de Oliveira, Leonardo Silva Moraes, Adrielli Ramos Locatelli, Ester Chiabai Alves, Tiago Dalapícola e Leonardo de Souza Rocha. A Presidente iniciou a reunião e após os cumprimentos, abriu o **Primeiro ponto de pauta – Informes Gerais; Procedimentos adotados na regularização do patrimônio:** a Presidente informou que ao assumir a gestão do Campus ao final de dois mil e dezessete, não foi repassada nenhuma informação a respeito dos bens patrimoniais. Dessa forma, como de costume, a Direção Geral nomeou uma comissão de inventário que fez um trabalho por amostragem, no final do ano passado, e muitos bens não foram localizados, constatando falhas referentes a esse monitoramento. Assim, a gestão orientou que não fossem realizadas mais movimentações de bens patrimoniais até a regularização da situação. O Coordenador de Patrimônio realizou visita *in loco* aos setores e o sistema de controle dos bens patrimoniais foi substituído para poder monitorar melhor. Também foi disponibilizado recepcionista para auxiliar na Coordenadoria de Patrimônio e outros servidores colaboraram na tarefa. Após isso, a Direção Geral nomeou uma Comissão Especial de Inventário, a qual foi designada pela Portaria nº 273-DG, de 30/06/2018, e houve a notificação por meio de memorando para a busca da localização dos bens. No trabalho da Comissão Especial de Inventário cerca de dez por cento dos bens do Ifes Campus Santa Teresa não foram localizados, constatou-se ainda inconsistências nos termos de responsabilidade, rasuras, emendas, anotações a lápis, termos sem assinatura, etc. A Presidente esclareceu que a gestão precisaria definir qual atitude tomar diante desse quadro, informou que muitos bens estariam obsoletos, que a ideia inicial era verificar e dar baixa naquilo que fosse inservível, mas também existia a possibilidade de averiguar com a gestão anterior a responsabilidade que deveria ter sido assumida em relação ao controle patrimonial, bem como a depreciação, e colocou para apreciação a possibilidade de notificação do Ex-Diretor Geral. Leonardo de Souza Rocha manifestou que ao assumir a Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas não assinou nenhum termo, que entendia que no ato da posse deveria ter recebido um documento com inventário e indicou a existência de bens em sua Coordenadoria que não conseguiu localizar. Leonardo Silva Moraes esclareceu que no caso da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, como as máquinas estavam obsoletas, para consertar um computador, às vezes, era preciso usar peças de outros, e assim o patrimônio ia diminuindo, mas essa seria a alternativa encontrada para manter o campus funcionando devido a falta de orçamento para a compra de novas máquinas. Alessandra Peroni e Leonardo Silva Moraes informaram que na gestão anterior não havia procedimento de controle do patrimônio ao assumir Coordenadoria. Leonardo de Souza Rocha manifestou concordar em dar baixa nos bens sucateados e notificar a direção anterior. Élcio das Graça Lacerda afirmou que a gestão deveria buscar o último ano de realização do inventário e notificar a direção anterior. Milson Lopes de Oliveira esclareceu que o campus possuía mais de doze mil itens em seu patrimônio, então dez por cento referia-se a um número considerável e como nunca foi calculada a depreciação dos bens, os valores ainda estariam altos, indicou a necessidade desse procedimento ser feito com muita cautela e ressaltou sua preocupação com o desdobramento disso, pois o problema era sério. Milson informou ainda da existência de outra comissão trabalhando em paralelo para verificar a situação dos bens, a fim de separar o que era inservível, o que estava em bom estado de uso e o que poderia ser consertado, além disso, outra equipe estaria trabalhando com os livros. Após o resultado dos trabalhos, entraria a comissão de baixa. Ainda com a

palavra, o Diretor de Administração e Planejamento ressaltou que não foi a mudança da gestão que causou o problema, pois na ocasião o atual Coordenador de Patrimônio acompanhou toda a movimentação dos bens. Juliana Mezzomo Flores salientou a importância em ter a manifestação formal da gestão anterior, especialmente pelo fato de que a inconsistência patrimonial poderia gerar apuração de responsabilidade e isso afetaria a todos. Ednaldo Miranda de Oliveira acrescentou que o problema não era pequeno e achava válida a manifestação da gestão anterior, além de buscar outras alternativas. A Presidente indicou que já existia uma comissão trabalhando, mas para o que estava desaparecido precisaria de uma manifestação expressa para decidir qual atitude tomar, informou que já foram realizadas visitas *in loco* e cada responsável recebeu notificação por meio de memorando sobre que estava faltando em suas coordenadorias e estariam verificando. Leonardo de Souza Rocha afirmou que essa gestão não poderia assumir a responsabilidade pelas inconsistências deixadas pela gestão anterior, que agiu correto em fazer um controle inicial, e sugeriu que no próximo ano deveria realizar esse controle novamente. A Presidente colocou a notificação da gestão anterior para apreciação e foi aprovada por unanimidade. **Ações referentes à emenda impositiva (Reitoria Itinerante):** a Presidente lembrou que ao final do ano de dois mil e dezessete, recebeu contato do assessor do deputado Evair de Melo, que conseguiu para o campus um recurso de duzentos mil reais destinado a demolição e construção de uma sala da suinocultura, porém para utilizá-lo seria necessário um projeto e na ocasião o Pró-Reitor de Administração solicitou a possibilidade da PROAD repassar esse recurso para o Campus Píuma com o compromisso de, assim que possível, devolvê-lo para o Campus Santa Teresa. Após reunião do Conselho de Gestão no dia vinte e um de junho de dois mil e dezoito definiu-se utilizar projeto alternativo, com parte para capital e parte para custeio, sendo aproximadamente cinquenta mil reais para a compra de animais (dez matrizes e um reprodutor), pelo menos metade dos recursos para a reforma da suinocultura e o restante para reparos em outros espaços de sala de aula no campo. Esclareceu que o campus adotou as providências cabíveis e reformou o espaço, as matrizes e o reprodutor foram licitados e estariam chegando, porém a Reitoria ainda não havia repassado o orçamento, informou ainda sobre a emenda impositiva que o Ifes teria conseguido com a Bancada Federal, cerca de vinte e oito milhões de reais para serem utilizados pelo Ifes. Walkyria Barcelos Sperandio indicou que, o recurso acabou sendo repassado apenas para a Ufes e a Reitoria orientou que os Campi deveriam encaminhar os processos para aquisição em ponto de empenho para que a Ufes pudesse finalizar, no entanto, o recurso seria destinado apenas à aquisição de equipamentos permanentes, não podendo ser utilizado para obras, dessa forma as principais demandas apresentadas pelo Campus Santa Teresa na ocasião da Reitoria Itinerante, como rede elétrica, estrutura de água e tratamento de efluentes, reformas de salas não poderiam ser contempladas com esse recurso, esclareceu ainda que o Campus Santa Teresa estava na expectativa da aquisição de equipamentos de TI, porém como a Ufes tinha um Registro de Preços vigente e o campus não manifestou interesse à época, por falta de previsão de recurso permanente, dependeria de quantitativos excedentes de outros campi. A Presidente informou sobre os processos que foram preparados pelo campus e indicou que o prazo para empenho pela Ufes era até trinta e um de dezembro do corrente ano, mas que não existia uma definição do que seria realmente empenhado para o Ifes. **Segundo ponto de pauta – Definição de parâmetros para o Calendário Acadêmico e férias dos servidores em dois mil e dezenove:** a Presidente passou a palavra a Charles Moreto que esclareceu que no final de setembro do corrente ano houve uma discussão da Pró-Reitoria de Ensino na intenção de criar um calendário unificado para todo o instituto, foi designada uma comissão, mas percebeu que teria dificuldade em aplicar, surgindo dúvidas sobre a legitimidade do processo. Assim, definiu-se que neste ano os campi teriam alguns parâmetros unificados para criar os calendários o mais próximo possível e para dois mil e vinte tentariam adotar um calendário padrão. Cada campus criou o seu calendário tendo por base os parâmetros unificados. O Diretor de Ensino indicou que para o Campus Santa Teresa ficou definido o dia cinco de fevereiro de dois mil e dezenove para o início do ano letivo para os Cursos Técnicos Integrados Integrais e o dia onze de fevereiro de dois mil e dezenove para o início do ano letivo para os Cursos Superiores e Proeja, sendo o recesso entre o primeiro e o segundo semestre letivo definido para o período de quinze a vinte o oito de julho de dois mil e dezenove. O Diretor apresentou o calendário acadêmico do Campus Santa Teresa para o ano de dois mil e dezenove e informou que ocorreriam apenas dois sábados letivos para os cursos integrais, três sábados letivos para o Proeja e quatro sábados letivos para os cursos superiores, manifestou que a proposta da Diretoria de Ensino para as férias docentes seria o primeiro período de dois de janeiro a primeiro de fevereiro de dois mil e dezenove (trinta e um dias) e o segundo período de quinze a vinte e oito de julho de dois mil e dezenove (quatorze dias) e abriu para considerações. Milson Lopes de Oliveira afirmou que seria interessante o contato com outras escolas da região a fim de adotar critérios parecidos. Charles Moreto indicou que não conseguiu retorno de outras escolas, pelo fato dos calendários ainda não estarem concluídos, informou que entrou em contato com o diretor de ensino do Campus Itapina na tentativa de unificar os calendários, mas não teve retorno, no entanto o período de matrículas do curso superior seria unificado para todo o Ifes. Milson Lopes de Oliveira indicou a importância de, como no ano de dois mil e dezoito, estabelecer que a programação do calendário escolar servisse de referencial para o agendamento das férias dos servidores, parabenizou o trabalho da comissão e sugeriu apresentar o

calendário na próxima reunião geral para a comunidade escolar, a fim de validar de forma consensuada. A Presidente colocou a definição de parâmetros para o Calendário Acadêmico e férias dos servidores em dois mil e dezenove para apreciação e foi aprovado, conforme os períodos supracitados. Encerrado o segundo ponto de pauta, a Presidente solicitou que os conselheiros se manifestassem caso houvesse outros pontos a tratar. Charles Moreto indicou que existiam duas questões afetando o ensino: a primeira seria a possibilidade de abertura de duas turmas de primeiro ano no Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, realizando o chamamento de sessenta alunos, e como precisaria enviar justificativa para a PROEN nesse caso, ficou em dúvida se era uma discussão a ser tratada no Conselho ou internamente. A Presidente indicou que seria necessário avaliar as reprovações para ter um sinalizador, ao que Charles indicou que como a chamada ocorreria entre sete a nove de janeiro de dois mil e dezenove, teria um prazo muito curto. A presidente manifestou ter sido positiva a abertura de mais turmas no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em dois mil e dezoito, e caso houvesse mais oferta para desdobrar a turma seria viável. Manifestou ainda sua preocupação com o número de estudantes retidos nesse curso e a necessidade de refletir sobre a situação porque precisaria realmente reorganizar as turmas. Juliana Mezzomo Flores indicou achar importante levar a questão aos docentes, porque iria impactar na carga horária dos professores, principalmente da base comum. Charles Moreto salientou que outra questão era a discussão da possibilidade do início das aulas mais tarde às segundas-feiras, o que impactaria na escala de trabalho do alojamento, do restaurante institucional e na feitura dos horários. Ana Carla Gujanwski Ferreira manifestou que os alunos residentes em municípios mais distantes não conseguiriam chegar à escola na segunda pela manhã, necessitando viajar no domingo. Milson Lopes de Oliveira indicou ser preciso colocar a questão para discussão junto aos estudantes, que seriam os mais impactados. A Presidente manifestou a necessidade de passar as duas questões para os docentes e as representatividades estudantis para uma melhor avaliação, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Às 20h18min, nada mais havendo a tratar eu, Kiara Antonia Sperandio Pierazzo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Walkyria Barcelos Sperandio
Presidente

Kiara Antonia Sperandio Pierazzo
Secretária

Adrielli Ramos Locatelli

Edna Nunes da Silva

Leonardo de Souza Rocha

Alessandra Peroni

Élcio das Graça Lacerda

Marcelo Monteiro dos Santos

Ana Carla Gujanwski Ferreira

Ester Chiabai Alves

Milson Lopes de Oliveira

Charles Moreto

Hediberto Nei Matiello

Tiago Dalapícola

Ednaldo Miranda de Oliveira

Juliana Mezzomo Flores

Leonardo Silva Moraes